

QUESTIONÁRIO PARA EMPRESAS NACIONAIS DE RECURSOS NATURAIS

TRANSPARÊNCIA FISCAL NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O objetivo deste questionário é colher informações sobre a gestão dos recursos naturais, com ênfase nas receitas provenientes desses recursos. O questionário baseia-se no Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal, do FMI, no Manual de Transparência Fiscal que o substancia e no Guia para a Transparência da Receita dos Recursos Naturais (todos disponíveis para consulta no website do FMI).

Atividades e enquadramento jurídico

1. Descreva as atividades da sua empresa.
2. Descreva o enquadramento jurídico que rege a propriedade dos recursos naturais que sua empresa explora ou extrai.

Autoridade de gestão fiscal

3. Que entidade (ministério das finanças, ministério da energia, empresa estatal) detém a autoridade jurídica sobre a sua empresa? Que leis e regulamentos estabelecem essa autoridade?
4. Qual o envolvimento da sua empresa na elaboração das leis tributárias e de *royalties* que se aplicam a ela? As alterações nessas leis são incorporadas apenas durante o processo orçamentário anual ou ocorrem com mais freqüência?
5. A sua empresa efetua todos os pagamentos de receitas ao Tesouro/orçamento, ao ministério da energia ou a outras entidades? Se pertinente, descreva os tipos de receitas recebidos por outras entidades e os procedimentos envolvidos.
6. A sua empresa está autorizada a contrair empréstimos internos e externos para atender necessidades específicas do setor de recursos? Ela está autorizada a contrair empréstimos em nome do governo? Em que circunstâncias? Exige-se aprovação do legislativo? Como essas operações são divulgadas ao público?
7. Descreva as funções relativas do governo, da agência reguladora (se existir) e da sua empresa na formulação de políticas, na fiscalização do cumprimento da regulamentação e na execução de operações comerciais no setor de recursos naturais (inclusive no tocante à fixação dos preços da energia). Indique as leis que definem essas funções.

Participação acionária

8. Descreva a modalidade e a extensão da participação acionária do Estado (diretamente ou por meio de outras empresas estatais) na sua empresa.
9. Como se divulga a participação acionária do governo na sua empresa?

Procedimentos de licenciamento

10. Descreva a participação da sua empresa nos procedimentos de licenciamento mais utilizados no passado no setor de recursos naturais, caracterizando-os como i) licitação aberta com condições fixas, ii) licitação aberta com condições variáveis ou iii) acordos negociados.
11. Se os procedimentos de licenciamento tiverem evoluído ao longo do tempo, variando de um projeto para outro, descreva os procedimentos de licenciamento adotados em cada projeto.
12. Explique como os interessados são informados sobre as licitações.
13. Que informações sobre as propostas vencedoras são divulgadas: i) ao poder executivo, ii) ao legislativo e iii) ao público em geral?

Regime fiscal e contratos

14. Os pagamentos efetuados ao governo relacionados aos recursos naturais da sua empresa se referem primordialmente a impostos/*royalties* ou a contratos de partilha de produção?
15. Descreva as principais características dos pagamentos estipulados nos contratos com as empresas de recursos naturais. Esses contratos são publicados, total ou parcialmente? Se forem parcialmente publicados, especifique quais trechos são publicados e quais não são. Esse procedimento assegura que as principais condições do contrato sejam divulgadas ao público? Se os contratos em vigor não forem publicados, quem tem acesso a eles? Como se garante a prestação ao público?
16. Solicitamos que forneça os modelos de contratos e cópias dos principais acordos ou contratos de partilha de produção entre as empresas de recursos naturais e a administração pública, bem como relatórios ou análises relativos a esses acordos/contratos.
17. Os contratos de partilha de produção incluem acordos de financiamento? Em caso positivo, esses acordos são publicados? A legislação e demais documentos pertinentes contêm disposições específicas sobre os acordos de financiamento? Em caso positivo, explique.
18. Descreva as exigências relativas ao pagamento de *royalties* e outros impostos ou instrumentos não tributários que se aplicam à produção de recursos naturais por sua empresa

(por ex., partilha de produção, taxa especial sobre o petróleo, dividendos da participação acionária ou outros pagamentos, tais como bônus).

19. Explique as eventuais diferenças entre a tributação da receita proveniente dos recursos naturais que se aplica ao produtos da sua empresa e o regime tributário normalmente aplicado aos outros setores ou atividades (por ex., imposto sobre os lucros das empresas, tributação dos dividendos ou juros, imposto sobre ganhos de capital, imposto sobre os rendimentos dos indivíduos).

20. Descreva os principais incentivos fiscais concedidos a sua empresa no setor de recursos naturais.

21. Descreva os impostos indiretos (IVA, impostos seletivos de consumo e direitos aduaneiros sobre as importações ou exportações) que se aplicam à produção de recursos naturais por sua empresa. No que diz respeito à tributação indireta, existem diferenças de tratamento (por ex., alíquota dos direitos de importação ou impostos seletivos de consumo) entre os recursos naturais ou produtos deles derivados, como a gasolina, e outras atividades econômicas)?

22. Os acordos entre o governo e a sua empresa incluem “cláusulas de estabilidade fiscal” (para proteger os investidores de mudanças inesperadas nos pressupostos básicos do projeto)? Em caso positivo, explique. Essas cláusulas são divulgadas ao público? Com que freqüência são utilizadas?

23. Explique se é utilizada a prática de limitar a capacidade da sua empresa de consolidar os rendimentos ou as deduções para fins tributários entre diferentes atividades, projetos ou áreas de licenciamento (o chamado *ring-fencing*, ou perímetro de consolidação).

24. Que tratamento é dispensado à fixação dos preços de transferência em termos gerais e, especificamente, no que se refere aos contratos de partilha de produção e ao imposto sobre os rendimentos das empresas?

Contabilidade e auditoria, garantias de integridade

25. Descreva as regras e os mecanismos de controles internos e auditoria interna da sua empresa.

26. Responda às perguntas a seguir no tocante à regulamentação da contabilidade e auditoria da sua empresa:

- A sua empresa está sujeita às mesmas normas de contabilidade e de auditoria que se aplicam ao setor privado em geral?
- As normas de contabilidade oficiais a que estão sujeitas as empresas de recursos naturais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IAS) e são efetivamente cumpridas?

- É preparado (e auditado) um relatório financeiro consolidado que abrange todas as subsidiárias?
- As contas anuais auditadas são concluídas até seis meses após o encerramento do exercício?
- As contas financeiras são apresentadas ao público anualmente (ou com maior freqüência — especifique), e até seis meses após o encerramento do exercício?

Caso tenha respondido negativamente a qualquer das perguntas acima, descreva o atual sistema de contabilidade e auditoria.

Regulamentação dos preços

27. Os preços no varejo e no atacado dos produtos da sua empresa derivados dos recursos naturais são administrados pelo governo ou por uma agência reguladora? Em caso positivo, que fórmulas são empregadas para definir esses preços? Eles são de conhecimento do público? Como os preços internos se comparam aos preços do mercado internacional ou preços de referência? Com que freqüência os preços internos são reajustados?

Atividades parafiscais e pagamentos em atraso

28. A sua empresa e outras empresas do setor de recursos naturais, inclusive as internacionais, executam algum tipo de atividade não comercial/parafiscal? (Atividades como serviços de saúde e educação, emprego, moradia, infra-estrutura, vendas internas de produtos energéticos a preços abaixo do mercado, tomada de empréstimos em nome do governo.) Descreva as principais atividades e indique, sempre que possível, o custo anual estimado, bem como a fonte das informações e dos dados.

29. O governo ou alguma entidade governamental tem pagamentos em atraso para com a sua empresa? Em caso positivo, as informações sobre esses atrasos são periodicamente atualizadas, divulgadas ao público e incluídas no orçamento do Estado?

30. A sua empresa tem algum pagamento em atraso para com o governo, relativo a impostos ou outras obrigações? Em caso positivo, esses atrasos são periodicamente monitorados e as informações pertinentes são divulgadas ao público?

Unidade de Transparência Fiscal

Departamento de Finanças Públicas do FMI

Janeiro de 2008